

Formação Segmentada

Formação Permanente

2012

Plano Global
de Formação



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS

Formação à Distância

Reuniões Livres

Plano Global de Formação 2012	3
Formação Segmentada	
Calendário	6
Conteúdos programáticos	9
Formação Permanente	
Calendário	21
Conteúdos programáticos	23
Formação à Distância	
Calendário	24
Conteúdos programáticos	26
Reuniões livres	
Calendário	44
Calendário civil 2012	48

Plano Global de Formação

MÊS	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO CURSO	HORAS	CRÉDITOS	VALOR
janeiro	Seg0112	NCRF 21 - Provisões, ativos e passivos contingentes	16	24	96€
	Dis0112	SNC - Ativos não correntes	16	24	64€
	Dis0212	SNC - Ativos correntes	16	24	64€
	RL0112	Tema livre	2	3	-
	RL0212	Tema livre	2	3	-
fevereiro	Seg0212	SNC - Microentidades	16	24	96€
	Seg0312	Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL e fiscalidade)	16	24	96€
	Dis0312	Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL e fiscalidade)	16	24	64€
	Dis0412	NCRF 21 - Provisões, ativos e passivos contingentes	16	24	64€
	Dis0512	SNC - Microentidades	16	24	64€
	RL0312	Tema livre	2	3	-
	RL0412	Tema livre	2	3	-
março	Seg0412	IRS e benefícios fiscais (revisão ao Código)	16	24	96€
	Seg0512	Norma contabilística para pequenas entidades	16	24	96€
	Seg0612	Dossiê fiscal - Organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	16	24	96€
	Dis0612	SNC - Passivos correntes e não correntes	16	24	64€
	Dis0712	Impostos diferidos	8	12	32€
	Dis0812	Norma contabilística pequenas entidades	16	24	64€
	Dis0912	IRS e benefícios fiscais (revisão ao Código)	16	24	64€
	RL0512	Tema livre	2	3	-
	RL0612	Tema livre	2	3	-
	abril	Seg0712	IRC (revisão ao Código)	16	24
Seg0812		Apuramento do lucro tributável (Preenchimento da declaração modelo 22- quadro 07)	16	24	96€
Seg0912		Preenchimento do mapa de fluxos de caixa	8	12	48€
Dis1012		Regime contabilístico e fiscal das depreciações e amortizações	8	12	32€
Dis1112		Apuramento do lucro tributável (Preenchimento da declaração modelo 22- quadro 07)	16	24	64€
Dis1212		IRC (revisão ao Código)	16	24	64€
Dis1312		Preenchimento do mapa de fluxos de caixa	8	12	32€
RL0712		Tema livre	2	3	-
RL0812		Tema livre	2	3	-
maio	Per0112	POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais	24	36	96€
	Seg1012	Ética e Deontologia	8	12	48€
	Seg1112	O TOC - Procedimento tributário gracioso	16	24	96€
	Dis1412	Mais e menos-valias em IRC e IRS	8	12	32€
	Dis1512	NCRF 12 - Imparidades de ativos	8	12	32€
	Dis1612	Dossiê fiscal - Organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	16	24	64€
	RL0912	Tema livre	2	3	-
	RL1012	Tema livre	2	3	-

junho	Seg1212	Cálculo financeiro	8	12	48€
	Seg1312	Código Contributivo	16	24	96€
	Dis1712	O TOC - Procedimento tributário gracioso	16	24	64€
	Dis1812	POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais	24	36	96€
	Dis1912	NCRF 17 - Ativos biológicos - Aspectos contabilísticos e fiscais	16	24	64€
	Dis2012	Código Contributivo	16	24	64€
	Dis2112	Ética e deontologia	8	12	32€
julho	RL1112	Tema livre	2	3	-
	RL1212	Tema livre	2	3	-
	Seg1412	Infrações fiscais	8	12	48€
	Seg1512	IVA (Revisão ao Código)	16	24	96€
	Dis2212	Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão (<i>balanced scorecard</i>)	12	18	48€
setembro	Dis2312	Código dos contratos públicos	12	18	48€
	RL1312	Tema livre	2	3	-
	RL1412	Tema livre	2	3	-
	Seg1612	NCRF 27 - Instrumentos financeiros	8	12	48€
	Seg1712	Relatórios de sustentabilidade e contas	8	12	48€
outubro	Dis2412	Infrações fiscais	8	12	32€
	Dis2512	Análise de balanços e estudo de indicadores económico e financeiros	16	24	64€
	Dis2612	Código fiscal de investimento	16	24	64€
	Dis2712	IVA (revisão ao Código)	16	24	64€
	RL1512	Tema livre	2	3	-
	RL1612	Tema livre	2	3	-
	Seg1812	NCRF 17 - Ativos biológicos - Aspectos contabilísticos e fiscais	16	24	96€
novembro	Seg1912	Contabilidade orçamental na administração pública	16	24	96€
	Seg2012	Mais e menos-valias em IRC e IRS	8	12	48€
	Dis2812	Revisão das normas contabilísticas	32	48	128€
	Dis2912	Contabilidade orçamental na administração pública	16	24	64€
	Dis3012	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	16	24	64€
	Dis3112	Contencioso tributário	24	36	96€
	RL1712	Tema livre	2	3	-
	RL1812	Tema livre	2	3	-
	Per0212	Revisão das normas contabilísticas	32	48	128€
dezembro	Seg2112	Avaliação de empresas	16	24	96€
	Seg2212	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	16	24	96€
	Dis3212	Avaliação de empresas	16	24	64€
	Dis3312	NCRF 27 - Instrumentos financeiros	8	12	32€
	RL1912	Tema livre	2	3	-
	RL2012	Tema livre	2	3	-
RL2112	Tema livre	2	3	-	

Formação Segmentada

Calendário 2012

Formação Segmentada

CÓDIGO	FORMAÇÃO SEGMENTADA	DIURNO	NOTURNO	SÁBADO	HORAS	C. Q.	VALOR
Seg0112	NCRF 21 - Provisões, ativos e passivos contingentes	16 e 17 de jan	16, 17, 18 e 19 de jan		16	24	96C
Seg0212	SNC - Microentidades	13 e 14 de fev	13, 14, 15 e 16 de fev		16	24	96C
Seg0312	Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL e fiscalidade)	27 e 28 de fev	27, 28, 29 de fev e 1 de mar		16	24	96C
Seg0412	IRS e benefícios fiscais (revisão ao Código)	05 e 06 de mar	05, 06, 07 e 08 de mar		16	24	96C
Seg0512	Norma contabilística para pequenas entidades	12 e 13 de mar	12, 13, 15 e 16 de mar		16	24	96C
Seg0612	Dossiê fiscal - Organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	22 e 23 de mar	22, 23, 26 e 27 de mar	17 e 24 de mar	16	24	96C
Seg0712	IRC (revisão ao Código)	02 e 03 de abr	02, 03, 04 e 05 de abr		16	24	96C
Seg0812	Apuramento do lucro tributável (preenchimento da declaração modelo 22- quadro 07)	09 e 10 de abr	09, 10, 12 e 13 de abr		16	24	96C
Seg0912	Preenchimento do mapa de fluxos de caixa	23 de abr	23 e 24 de abr	28 de abr	8	12	48C
Seg1012	Ética e Deontologia	14 de mai	14 e 15 de mai		8	12	48C
Seg1112	O TOC - Procedimento tributário gracioso	16 e 17 de mai	16, 17, 18 e 21 de mai		16	24	96C
Seg1212	Cálculo financeiro	04 de jun	04 e 05 de jun		8	12	48C
Seg1312	Código Contributivo	11 e 12 de jun	11, 12, 14 e 15 de jun		16	24	96C
Seg1412	Infrações fiscais	02 de jul	02 e 03 de jul		8	12	48C
Seg1512	IVA (Revisão ao Código)	09 e 10 de jul	09, 10, 12 e 13 de jul		16	24	96C
Seg1612	NCRF 27 - Instrumentos financeiros	17 de set	17, 18 de set		8	12	48C
Seg1712	Relatórios de sustentabilidade e contas	18 de set	19 e 20 de set		8	12	48C
Seg1812	NCRF 17 - Ativos biológicos - Aspectos contabilísticos e fiscais	01 e 02 de out	01, 02, 03 e 04 de out		16	24	96C
Seg1912	Contabilidade orçamental na administração pública	08 e 09 de out	08, 09, 11 e 12 de out		16	24	96C
Seg2012	Mais e menos-valias em IRC e IRS	29 de out	29 e 30 de out		8	12	48C
Seg2112	Avaliação de empresas	19 e 20 de nov	19, 20, 21 e 22 de nov		16	24	96C
Seg2212	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	27 e 28 de nov	27, 29, 30 de nov e 03 de dez		16	24	96C

Horário diurno | 12 HORAS 1.º dia - 09,00h / 13,00h - 14,00h / 18,00h e 2.º dia - 09,00h / 13,00h) Outras - 09,00h / 13,00h - 14,00h / 18,00h)

Horário noturno | 19,00h / 23,00h

Observações

1. As inscrições são feitas exclusivamente pelo sítio e até 15 dias antes do início de cada formação.
2. Nas 48 horas seguintes ao pagamento, imprimir o talão de ingresso, na «Pasta TOC» > Dados pessoais > Formação.
3. A formação só se realiza com o mínimo de 30 TOC por turno.
4. Só são admitidas inscrições de técnicos oficiais de contas.
5. Não se aceitam pedidos de devolução do pagamento após início da formação onde se inscreveu.

Notas

Atenção: só abrem as inscrições para Lisboa II e Porto II, após lotado Lisboa I e Porto I.



CIDADE	LOCAL	MORADA
Angra	Terceira Mar Hotel	Portões de São Pedro, 1 – 9700-097 Angra do Heroísmo
Aveiro	OTOC	R. Cristóvão Pinho Queimado, 42, Lote 4, Piso 1, Loja 0 – Forca – 3800-012 Aveiro
Beja	NERBE	R. Cidade de S. Paulo – 7801-904 Beja
Braga	OTOC	Pç. Camilo Castelo Branco, 37 – 4700-209 Braga
Bragança	NERBA	Alto das Cantarias – Saída Sul – 5300-107 Bragança
C Branco	OTOC	Urb. Quinta Pires Marques-Av. de Espanha, 27 R/C Esq ^o – 6000-078 Castelo Branco
Coimbra	OTOC	Urbanização Panorama, Lote 3 – Loja 1, Monte Formoso – 3000-446 Coimbra
Évora	Evorahotel	Av. Túlio Espanca – 7002-502 Évora
Faro	OTOC	Urb. Horta das Figuras, Lt.31, Bl. F, Lj. W, R/C Poente – 8005-328 Faro
Funchal	OTOC	Av. da Madalena, 99 Edif. Pç. das Madalenas I, R/C D – 9020-330 S ^o António – Funchal
Guarda	ESTG	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 50 – 6300-559 Guarda
Horta	Hotel do canal	Lg. Dr. Manuel Arriaga – 9900-026 Horta
Leiria	OTOC	R. Paulo VI (Vale da Cabrita), Lote 44, 23B, Loja 4, R/C
Lisboa I	OTOC	Av. Barbosa du Bocage, 45 – 1049 – 013 Lisboa
Lisboa II	Universidade Lusitana	R. Quinta do Almargem – 1349-001 Lisboa
P. Delgada	OTOC	Av. Infante D. Henrique – C.Com. Sol.-Mar, Loja 225 – 9504-524 Ponta Delgada
Portalegre	ESTG	Lugar da Abadessa – 7301-901 Portalegre
Porto I	OTOC	R. da Boavista, 383-R/C- 4050-115 Porto
Porto II	Seminário de Vilar	R. Arcediago Van Zeller, 50 (perto do Palácio de Cristal) – 4050-621 Porto
Santarém	OTOC	Av. Madre Andaluz, 12-B – 2000-210 Santarém
Setúbal	OTOC	Estrada das Machadas, Urb. Golfinhos Sado, 5 Loja 5A – 2900-468 Setúbal
V. Castelo	Estalagem Melo Alvim	Av. Conde da Carreira, n.º 28 – 4900 – 343 Viana do Castelo
V. Real	OTOC	Av. 1º de Maio, 23 – 5000-161 Vila Real
Viseu	OTOC	Quinta do Melo-Rua Dr. António Costa, lote 20, n.º 12-Juqueiros- 3500-030 Viseu

Jan Feb Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

NCRF 21 – Provisões, ativos e passivos contingentes

1. A NCRF21 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 - 1.1. Introdução
 - 1.2. Definições utilizadas
 - 1.3. Provisões vs. outros passivos
 - 1.4. Provisões e passivos contingentes
 - 1.5. Condições de reconhecimento e mensuração
 - 1.6. Aplicação das regras de reconhecimento e de mensuração
 - 1.7. Divulgações
 - 1.8. NCRF21 vs. POC e legislação complementar
 - 1.9. As provisões aquando da adoção pela primeira vez das NCRF
2. Aspectos contabilísticos das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes: do POC ao SNC
 - 2.1. Introdução
 - 2.2. O normativo comunitário
 - 2.3. O normativo português: do POC ao SNC
 - 2.3.1. Os princípios contabilísticos geralmente aceites do POC e os pressupostos subjacentes ao SNC
 - 2.3.2. A valorimetria dos ativos e passivos do POC ao SNC: o caso das provisões
 - 2.3.3. Assentos contabilísticos
 - 2.3.4. Impacto ao nível das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) – no POC e no SNC

Autor: Mário Guimarães

Jan Feb Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

SNC – Microentidades

1. Contexto e enquadramento legal
2. Instrumentos da normalização contabilística para microentidades
3. Demonstrações financeiras para microentidades
4. Norma contabilística e de relato financeiro para microentidades – alguns aspetos específicos
 - 4.1. Introdução
 - 4.2. Adoção pela primeira vez da NCRF-ME
 - 4.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 - 4.4. Ativos fixos tangíveis
 - 4.5. Ativos intangíveis
 - 4.6. Locações
 - 4.7. Empréstimos obtidos
 - 4.8. Inventários
 - 4.9. Réditos
 - 4.10. Provisões
 - 4.11. Subsídios do Governo
 - 4.12. Alterações em taxas de câmbio
 - 4.13. Impostos sobre o rendimento
 - 4.14. Ativos e passivos financeiros
 - 4.15. Benefícios dos empregados

Autor: Avelino Antão



Jan **Fev** Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL e fiscalidade)

1. O setor não lucrativo - enquadramento
2. Normativo contabilístico do setor não lucrativo
3. Normas contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL – alguns aspetos específicos
4. A tributação das ESNL: enquadramento em IVA e em IRC

Autores: Neves Raimundo, Gomes dos Santos e Rui Lima

Jan **Mar** Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

IRS e benefícios fiscais (revisão ao Código)

1. Os sujeitos passivos de IRS
 - 1.1. Caracterização do imposto
 - 1.2. Estrutura do imposto
- 1.3. Os sujeitos passivos de IRS
- 1.4. As pessoas coletivas e o IRS
2. Rendimentos tributáveis em IRS
 - 2.1. Aspetos comuns
 - 2.2. Rendimentos do trabalho dependente – categoria A
 - 2.3. Rendimentos empresariais e profissionais – categoria B
 - 2.4. Rendimentos de capitais – categoria E
 - 2.5. Rendimentos prediais – categoria F
 - 2.6. Incrementos patrimoniais – categoria G
 - 2.7. Pensões – categoria H
3. Rendimento coletável
 - 3.1. Aspetos comuns
 - 3.2. Aspetos específicos
 - 3.2.1. Categoria B
 - 3.2.2. Categoria F
 - 3.2.3. Categoria G
4. Modelos declarativos
5. A liquidação e o pagamento
6. Retenções na fonte
7. Benefícios fiscais em IRS
8. Obrigações acessórias
9. Garantias dos contribuintes em sede de IRS

Autor: Domingos Fernandes

Jan **Mar** Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Norma contabilística para pequenas entidades

1. Enquadramento legal e demonstrações financeiras
 - 1.1. Enquadramento legal do sistema de Normalização Contabilística
 - 1.2. Noção de pequena entidade
 - 1.3. Regime das pequenas entidades
 - 1.4. A aplicação do regime de pequenas entidades
 - 1.5. Inventário permanente e pequenas entidades
 - 1.6. Disposições supletivas gerais
 - 1.7. Demonstrações financeiras – modelos reduzidos
2. Estrutura conceptual
 - 2.1. Algumas notas acerca da noção de estrutura conceptual
 - 2.2. O POC e a estrutura conceptual
 - 2.3. Utilidade da estrutura conceptual
 - 2.4. A estrutura conceptual para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras do SNC
3. A importância acrescida da EC no contexto do novo SNC
4. Alguns aspetos específicos
 - 4.1. Introdução
 - 4.2. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 - 4.3. Ativos fixos tangíveis
 - 4.4. Ativos intangíveis
 - 4.5. Locações
 - 4.6. Empréstimos obtidos
 - 4.7. Inventários
 - 4.8. Rédito
 - 4.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 - 4.10. Subsídios do Governo
 - 4.11. Alterações em taxas de câmbio
 - 4.12. Impostos sobre o rendimento
 - 4.13. Instrumentos financeiros
 - 4.14. Benefícios dos empregados

Autor: Avelino Antão

Jan **Mar** Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Dossiê fiscal – Organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras

1. Normativos contabilísticos e necessidades de divulgação
2. O Anexo
 - 2.1. SNC – modelo geral
 - 2.2. NCRF-PE
 - 2.3. NC-ME
 - 2.4. NCRF-ESNL
3. Processo de documentação fiscal em IRS e IRC – dossiê fiscal
 - 3.1. Normativo aplicável
 - 3.2. Conservação e acesso por parte da administração fiscal
 - 3.3. Documentos que integram o dossiê fiscal
 - 3.4. A importância do dossiê fiscal – análise de alguns casos
 - 3.5. Processo de documentação fiscal – preços de transferência

Autor: Rui de Sousa

Jan Fev Mar **Abr** Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

IRC (revisão ao Código)

1. Incidência
2. Extensão da obrigação do imposto
3. Transparência fiscal
4. Período de tributação
5. Isenções
6. Determinação da matéria coletável
- 6.1. Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam a título principal atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola
- 6.2. Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam a título principal atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola
- 6.3. Entidades não residentes
- 6.4. Determinação do lucro tributável por métodos indiretos
- 6.5. Correções para efeitos de determinação da matéria coletável
- 6.6. Regime especial de tributação dos grupos de sociedades
7. Taxas
8. Liquidação
9. Pagamento
10. Obrigações acessórias dos sujeitos passivos
11. Fiscalização e garantias dos contribuintes

Autor: **Abílio Sousa**

Jan Fev Mar **Abr** Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Apuramento do lucro tributável (preenchimento da declaração modelo 22 – quadro 07)

1. Obrigações declarativas em IRC – a modelo 22
2. Determinação da matéria coletável – As diferenças entre os vários sujeitos passivos de IRC
3. As sociedades e os estabelecimentos estáveis – relação contabilidade/fiscalidade
4. Apuramento do lucro tributável – o quadro 07 da modelo 22
- 4.1. Periodização do lucro tributável
- 4.2. Contratos de construção
- 4.3. Variações patrimoniais positivas e negativas
- 4.4. Subsídios
- 4.5. Regra geral de aceitação de gastos e encargos não dedutíveis
- 4.6. Inventários e ajustamentos em inventários
- 4.7. Depreciações e amortizações – o Dec.-Reg n.º 25/2009
- 4.8. Imparidades
- 4.9. Provisões
- 4.10. Créditos incorráveis
- 4.11. Realizações de utilidade social
- 4.12. Mais-valias, menos-valias e reinvestimento
5. A importância do anexo e dossiê fiscal
6. Ligação com a IES

Autores: **André Vasconcelos e Cristina Pinto**

Jan Fev Mar **Abr** Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Preenchimento do mapa de fluxos de caixa

1. Breve enquadramento da demonstração dos fluxos de caixa no normativo contabilístico
2. Necessidade e importância da demonstração de fluxos de caixa
3. A NCRF 2 – Demonstração de fluxos de caixa
4. Metodologia para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa
5. Outras divulgações
6. Os fluxos de caixa como modelo de avaliação do desempenho – casos práticos

Autores: **Eduardo Sá e Silva e Carlos Martins**

Jan Fev Mar **Mai** Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Ética e deontologia

1. Conceitos básicos: ética e deontologia profissional
2. As funções do TOC e a prática de atos por estes profissionais que, nos termos da lei, não sejam da sua competência profissional
3. Os direitos do TOC perante a OTOC e outras entidades públicas
4. Os direitos do TOC perante o cliente
5. Os deveres do TOC perante a OTOC
6. Os deveres do TOC perante o cliente
7. Os deveres do TOC perante a administração fiscal – as relações com entidades públicas e privadas
8. Deveres recíprocos do TOC
9. A infração e as penas disciplinares

Autor: **Marco Vieira Nunes**



Jan Fev Mar Abr **Mai** Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

O TOC - Procedimento tributário gracioso

1. Funções do TOC e âmbito de intervenção no procedimento tributário
2. Fontes de Direito Processual Tributário
3. O procedimento de reclamação graciosa
 - 3.1. Prazos, regime e efeitos
 - 3.2. Casos especiais: autoliquidações, retenções na fonte, pagamentos por conta
4. A avaliação indireta e o pedido de revisão da matéria coletável
 - 4.1. O procedimento de avaliação indireta
 - 4.2. Prazos, regime e efeitos do pedido de revisão da matéria coletável
 - 4.2.1. Limites do acordo a alcançar na reunião de peritos
 - 4.2.2. A intervenção do perito independente
5. A revisão dos atos tributários
 - 5.1. Prazos, regime e efeitos do pedido de revisão
6. O recurso hierárquico
 - 6.1. Prazos, regime e efeitos
 - 6.2. Relação com a reclamação graciosa e a impugnação

Autores: Amândio Silva e Manuel Vieira

Jan Fev Mar Abr **Mai Jun** Jul Ago Set Out Nov Dez

Cálculo financeiro

- Parte I – Conceitos fundamentais
1. Introdução
 - 1.1. Valor temporal do dinheiro. Necessidade de homogeneizar capitais reportados a momentos diferentes
 - 1.2. Capitalização e atualização
 2. Equivalência de capitais
 - 2.1. Regime de juro simples
 - 2.1.1. Caracterização
 - 2.1.2. Capitalização em regime de juro simples
 - 2.1.3. Atualização em regime de juro simples
 - 2.1.4. Taxas em regime de juro simples
 - 2.2. Regime de juro composto
 - 2.2.1. Caracterização
 - 2.2.2. Capitalização em regime de juro composto
 - 2.2.3. Atualização em regime de juro composto
 - 2.2.4. Taxas em regime de juro composto
3. Rendas
 - 3.1. Conceito e caracterização
 - 3.2. Conceitos importantes: momento de referência, origem, valor acumulado e valor atual de uma renda
 - 3.3. Tipos de rendas: temporárias e perpétuas, inteiras e fracionadas, de termos constantes e de termos variáveis, imediatas e diferidas, postecipadas e antecipadas
 - 3.4. Exemplos concretos de rendas
 - 3.5. Cálculo do valor de uma renda temporária de termos constantes – na origem ou em qualquer outro momento
 - 3.6. Cálculo do valor de uma renda perpétua de termos constantes – na origem ou em qualquer outro momento
4. Empréstimos
 - 4.1. Financiamentos bancários “clássicos”
 - 4.2. Locação financeira
 - 4.3. Empréstimos obrigacionistas
 - 4.4. Avaliação de investimentos

- 5.1. VAL. Conceito e cálculo
 - 5.2. TIR. Conceito e cálculo
- Parte II – Aplicações práticas
1. NCRF 27 – Instrumentos financeiros
 - 1.1. Conceitos básicos: passivo financeiro, custo ou custo amortizado e taxa de juro efetiva
 - 1.2. Empréstimos bancários
 - 1.3. Empréstimos por obrigações
 - 1.4. Fornecedores e outras contas a pagar
 2. NCRF 10 – Custos de empréstimos obtidos
 - 2.1. Conceitos básicos: custos de empréstimos elegíveis para capitalização, capitalização e taxa de capitalização
 - 2.2. Ativos passíveis de capitalização
 - 2.3. Suspensão de capitalização
 3. NCRF 9 – Locações
 - 3.1. Conceitos básicos: Locação, justo valor, vida económica, pagamentos mínimos de locação, gastos/rendimentos a reconhecer, taxa de juro implícita e taxa de juro incremental.
 - 3.2. Locação financeira
 - 3.3. Locação operacional
 - 3.4. Leaseback
 4. NCRF 12 – Imparidade de ativos
 - 4.1. Conceitos básicos: perda por imparidade, preço de venda líquido, valor de uso, taxa de desconto, unidade geradora de caixa, quantia recuperável do ativo, revalorização, excedente de revalorização e reversão da perda de imparidade
 - 4.2. Valor de uso: cálculo e contabilização
 - 4.3. Imparidade
 - 4.4. Reversão da imparidade
 - 4.5. Revalorização

Autores: Rogério Matias e Isabel Martins

Jan Fev Mar Abr **Mai Jun** Jul Ago Set Out Nov Dez

Código Contributivo

1. Disposições gerais e comuns
2. Regimes contributivos do sistema previdencial
3. Incumprimento da obrigação contributiva
4. Regime contra-ordenacional
5. Disposições complementares, transitórias e finais

Autor: Albano Santos

Jan Fev Mar Abr **Mai Jun Jul** Ago Set Out Nov Dez

Infrações fiscais

1. Normativo aplicável
2. Conceito e espécies de infrações fiscais
3. Responsabilidade
4. Crimes e contraordenações: distinção e moldura sancionatória aplicável
5. Processo penal tributário
6. Processo de contraordenação tributária
7. Tipos de crime fiscal
8. Tipos de contraordenação fiscal

Autor: Jesuíno Martins



Jan Fev Mar Abr Mai Jun **Jul** Ago Set Out Nov Dez**IVA (revisão ao código)**

1. Incidência
 - 1.1. Incidência objetiva
 - 1.2. Incidência subjetiva
 - 1.3. Localização das operações
 - 1.4. Facto gerador e exigibilidade do imposto
2. Isenções
 - 2.1. Isenções simples ou incompletas
 - 2.2. Isenções completas
 - 2.1. Isenções nas importações
 - 2.2. Outras isenções
 - 2.3. Isenções em legislação avulsa
3. Valor tributável
 - 3.1. Nas operações internas
 - 3.2. Nas importações
4. Taxas
5. Liquidação e dedução
 - 5.1. Condições do direito à dedução
 - 5.2. Exclusões do direito à dedução
 - 5.3. Modalidades do direito à dedução (reembolsos)
6. Deduções parciais e regularizações
 - 6.1. Princípios gerais do direito à dedução
 - 6.2. Conceitos
 - 6.3. Âmbito de aplicação do art. 23.º CIVA
 - 6.4. Regularizações anuais
 - 6.5. Outras regularizações
 - 6.6. Regularizações no caso de mudança de regime (art. 25.º CIVA)
7. Obrigações dos sujeitos passivos
 - 7.1. Obrigações de pagamento
 - 7.2. Obrigações declarativas
 - 7.3. Obrigações de faturação

- 7.4. Obrigações contabilísticas
8. Regularizações do imposto
9. Regimes especiais
 - 9.1. Regime especial de isenção
 - 9.2. Regime especial dos pequenos retalhistas
10. Regimes particulares
 - 10.1. Agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos
 - 10.2. Bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades
 - 10.3. Tabacos manufacturados
 - 10.4. Combustíveis
 - 10.5. Ouro para investimento
 - 10.6. Venda de pescado em lota
 - 10.7. Substituição do devedor do imposto

Autor: José RorizJan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago **Set** Out Nov Dez**NCRF 27 – Instrumentos financeiros**

1. Introdução
2. Objetivo da norma
3. Âmbito
4. Definições
5. Reconhecimento
6. Mensuração
7. Imparidade
8. Desreconhecimento
9. Contabilização da cobertura
10. Divulgações

Autor: Pedro RoqueJan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago **Set** Out Nov Dez**Relatórios de sustentabilidade e contas**

1. Uma ideia de partida: sinais e factos
 - 1.1. Das organizações mundiais. Do País e União Europeia Das empresas e demais organizações
 - 1.2. Na gestão. Nos sistemas de informação e comunicação Nos relatórios
 - 1.3. Na contabilidade. Na auditoria
2. Marcos de um percurso: da responsabilidade social ao desenvolvimento sustentável
 - 2.1. As grandes conferências mundiais
 - 2.2. As iniciativas do mundo dos negócios
 - 2.3. A teorização e as práticas de referência
 - 2.4. As diretivas institucionais. O caso particular da contabilidade e da auditoria
3. A organização «verde» e os relatórios de sustentabilidade
 - 3.1. «Do verde ao ouro»
 - 3.2. A visibilidade da sustentabilidade
 - 3.3. Relatórios de sustentabilidade ou a sustentabilidade nos relatórios?
4. Referenciais para a ação dos técnicos oficiais de contas
 - 4.1. O GRI. As ISOS. Os índices
 - 4.2. A especificidade dos setores
 - 4.3. O futuro
 - 4.4. Na senda de uma metodologia: V4P

Autora: Maria Augusta Fernandes

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set **Out** Nov Dez**NCRF 17 – Ativos biológicos – Aspetos contabilísticos e fiscais**

1. Introdução
2. Enquadramento contabilístico
 - 2.1. Normativo POC – Agricultura
 - 2.2. Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 17
 - 2.2.1. Âmbito
 - 2.2.2. Reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas
 - 2.2.3. Subsídios governamentais no âmbito da NCRF 17
 - 2.2.4. Divulgações
3. Enquadramento fiscal
 - 3.1. Ativos biológicos de produção
 - 3.2. Ativos biológicos consumíveis
 - 3.3. Explorações silvícolas

Autoras: Cristina Lopes e Paula Franco

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set **Out** Nov Dez**Contabilidade orçamental na administração pública**

1. O Orçamento
 - 1.1. Conceito de receita e despesa pública
 - 1.2. Orçamento do Estado
 - 1.3. Preparação dos orçamentos
 - 1.4. Aprovação dos orçamentos
 - 1.5. Documentos previsionais
 - 1.6. Modificações ao orçamento
 - 1.7. Execução do orçamento
2. A contabilidade orçamental
 - 2.1. O POCP e os planos sectoriais
 - 2.2. O registo contabilístico das operações orçamentais
 - 2.3. Lançamentos contabilísticos da aprovação do orçamento
 - 2.4. Lançamentos contabilísticos da modificação ao orçamento
 - 2.5. Lançamentos contabilísticos da execução da receita
 - 2.6. Lançamentos contabilísticos da execução da despesa
 - 2.7. Compromissos para exercícios futuros
 - 2.8. Regime duodecimal
3. A prestação de contas
 - 3.1. Finalidade e destinatários
 - 3.2. Documentos de prestação de contas

Autor: João Carvalho

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set **Out** Nov Dez**Mais e menos-valias em IRC e IRS**

1. Conceito de mais e menos-valias
2. Cálculo das mais e menos-valias
3. Coeficientes de desvalorização monetária
4. Reinvestimento
5. Tributação
 - 5.1. Em sede de IRC
 - 5.2. Em sede de IRS
 - 5.2.1. Regime simplificado
 - 5.2.2. Contabilidade organizada
6. Obrigações declarativas
 - 6.1. Em sede de IRC
 - 6.2. Em sede de IRS
 - 6.2.1. Regime simplificado
 - 6.2.2. Contabilidade organizada

Autor: José Azevedo Rodrigues

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set **Out** **Nov** Dez**Avaliação de empresas**

1. Conceitos introdutórios fundamentais
 - 1.1. O contexto da avaliação
 - 1.2. A relação valor/cotação/grau de eficiência do mercado
2. Recolha da informação e trabalho preparatórios
 - 2.1. O diagnóstico
 - 2.2. Estudo previsionial e o crescimento
 - 2.3. Remuneração do capital investido
 - 2.4. O custo de oportunidade do capital
 - 2.5. Estrutura ótima de financiamento
3. Avaliação com base no mercado
 - 3.1. O modelo de base: o modelo de Gordon
 - 3.2. *Price earning ratio* (PER)
 - 3.3. *Price book value* (PBV) ou preço/valor contabilístico (PVC)
 - 3.4. *Price sales ratio* (PSR) ou Preço/vendas (PV)
4. Avaliação com base no rendimento
 - 4.1. Método dos dividendos atualizados
 - 4.2. Métodos dos fluxos de caixa atualizados
5. Outras abordagens de avaliação
 - 5.1. Avaliação com base no património
 - 5.2. Avaliação dos lucros supranormais atualizados
 - 5.3. Avaliação das opções reais
 - 5.4. Avaliação regulamentar
6. Criação de valor para o acionista
 - 6.1. A gestão orientada para a criação de valor
 - 6.2. Fatores determinantes do valor

Autora: Ana Isabel Martins



Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out **Nov** Dez

Dissolução, liquidação, fusão e cisão de sociedades (aspetos contabilísticos e fiscais)

1. Dissolução de sociedades comerciais
 - 1.1. Definição
 - 1.2. Causas de dissolução imediata
 - 1.3. Causas de dissolução administrativa
 - 1.4. Causas de dissolução oficiosa
2. Liquidação de sociedades comerciais
 - 2.1. Conceito
 - 2.2. O processo de liquidação
3. Procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais
4. Procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais (cessação na hora)
 - 4.1. Extinção de dívidas da sociedade
5. Tratamento contabilístico e fiscal
 - 5.1. As operações de liquidação
 - 5.2. Os movimentos contabilísticos
 - 5.3. O caso particular dos suprimentos
 - 5.4. Partilha: valor a considerar e tributação
 - 5.4.1. Tratamento fiscal em sede de IRC
 - 5.4.2. Tratamento fiscal em sede de IRS
 - 5.4.3. Tratamento fiscal em sede de IVA
 - 5.5. Obrigações declarativas
 - 5.6. Pagamento especial por conta
 - 5.7. O caso particular da redução do capital social
 - 5.8. O Decreto-Lei n.º 64/2009, de 20 de março
6. Fusão e cisão
 - 6.1. Fusões
 - 6.1.1. Conceitos
 - 6.1.2. O processo de fusão

- 6.1.3. Tratamento fiscal em sede de IRC
- 6.1.4. Tratamento fiscal em sede de IVA
- 6.1.5. Tratamento fiscal em sede de IMT
- 6.1.6. Tratamento fiscal em sede de Imposto de Selo
- 6.1.7. Contabilização
- 6.2. Cisão
 - 6.2.1. Conceito e modalidades
 - 6.2.2. Processo de cisão
 - 6.2.3. Enquadramento fiscal em IRC
 - 6.2.4. Tratamento fiscal em sede de IVA

Autores: Amândio Silva, João Antunes e Paula Franco

Formação Permanente

CÓDIGO	FORMAÇÃO PERMANENTE	DIURNO	NOTURNO	SÁBADO	HORAS	C.Q.	VALOR
Per0112	POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais	02, 03 e 04 de mai	02, 03, 04, 07, 10 e 11 de mai		24	36	96€
Per0212	Revisão das normas contabilísticas	05, 06, 07 e 08 de nov	05, 06, 07, 08, 12, 13, 15 e 16 de nov	03, 10, 17 e 24 de nov	32	48	128€

Horário diurno | 12 HORAS 1.º dia - 09,00h / 13,00h - 14,00h / 18,00h e 2.º dia - 09,00h / 13,00h Outras - 09,00h / 13,00h - 14,00h / 18,00h
Horário noturno | 19,00h / 23,00h

Observações

- As inscrições são feitas exclusivamente pelo sítio e até 15 dias antes do início de cada formação.
- Nas 48 horas seguintes ao pagamento, imprimir o talão de ingresso, na «Pasta TOC» > Dados pessoais > Formação.
- A formação só se realiza com o mínimo de 30 TOC por turno.
- Só são admitidas inscrições de técnicos oficiais de contas.
- Não se aceitam pedidos de devolução do pagamento após início da formação onde se inscreveu.

Notas

Atenção: só abrem as inscrições para Lisboa II e Porto II, após lotado Lisboa I e Porto I.
Para a formação Per0212 em Évora, o local para o dia 24 de novembro (sábado) carece de confirmação posterior.

CIDADE	LOCAL	MORADA
Angra	Terceira Mar Hotel	Portões de São Pedro, 1 - 9700-097 Angra do Heroísmo
Aveiro	OTOC	R. Cristóvão Pinho Queimado, 42, Lote 4, Piso 1, Loja 0 - Forca - 3800-012 Aveiro
Beja	NERBE	R. Cidade de S. Paulo - 7801-904 Beja
Braga	OTOC	Pç. Camilo Castelo Branco, 37 - 4700-209 Braga
Bragança	NERBA	Alto das Cantarias - Saída Sul - 5300-107 Bragança
C Branco	OTOC	Urb. Quinta Pires Marques-Av. de Espanha, 27 R/C Esqº - 6000-078 Castelo Branco
Coimbra	OTOC	Urbanização Panorama, Lote 3 - Loja 1, Monte Formoso - 3000-446 Coimbra
Évora	Evorahotel	Av. Túlio Espanca - 7002-502 Évora
Faro	OTOC	Urb. Horta das Figuras, Lt.31, Bl. F, Lj. W, R/C Poente - 8005-328 Faro
Funchal	OTOC	Av. da Madalena, 99 Edif. Pç. das Madalenas I, R/C D - 9020-330 Stº António - Funchal
Guarda	ESTG	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 50 - 6300-559 Guarda
Horta	Hotel do canal	Lg. Dr. Manuel Arriaga - 9900-026 Horta
Leiria	OTOC	R. Paulo VI (Vale da Cabrita), Lote 44, 23B, Loja 4, R/C
Lisboa I	OTOC	Av. Barbosa du Bocage, 45 - 1049 - 013 Lisboa
Lisboa II	Universidade Lusitana	R. Quinta do Almargem - 1349-001 Lisboa
P. Delgada	OTOC	Av. Infante D. Henrique-C.Com. Sol-Mar, Loja 225 - 9504-524 Ponta Delgada
Portalegre	ESTG	Lugar da Abadessa - 7301-901 Portalegre
Porto I	OTOC	R. da Boavista, 383-R/C - 4050-115 Porto
Porto II	Seminário de Vilar	R. Arceidiago Van Zeller, 50 (perto do Palácio de Cristal) - 4050-621 Porto
Santarém	OTOC	Av. Madre Andaluz, 12-B - 2000-210 Santarém
Setúbal	OTOC	Estrada das Machadas, Urb. Gólfinhos Sado, 5 Loja 5A - 2900-468 Setúbal
V. Castelo	Estalagem Melo Alvim	Av. Conde da Carreira, n.º 28 - 4900 - 343 Viana do Castelo
V. Real	OTOC	Av. 1º de Maio, 23 - 5000-161 Vila Real
Viseu	OTOC	Quinta do Melo-Rua Dr. António Costa, lote 20, nº 12-Júrgueiros- 3500-030 Viseu

Jan Feb Mar Abr **Mai** Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

- Administração central e local
- A contabilidade pública e os outros normativos contabilísticos
- A reforma da contabilidade pública
- Conceitos fundamentais
- Contabilidade orçamental nas autarquias locais
- Documentos contabilísticos e prestação de contas
- Contabilidade orçamental, patrimonial e de custos
- Princípios contabilísticos
- Critérios de valorimetria
- O plano de contas das autarquias
- Estudo das contas

Autor : João Carvalho

Jan Feb Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out **Nov** Dez

Revisão das normas contabilísticas

- Normalização contabilística - enquadramento
- SNC - modelo geral, NCRF-PE, Norma Contabilística para Microentidades- semelhanças e diferenças. Contingências Fiscais
 - Demonstrações Financeiras
 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros
 - Ativos intangíveis
 - Ativos fixos tangíveis
 - Ativos não correntes detidos para venda
 - Locações
 - Custo de empréstimos obtidos
 - Propriedades de investimento
 - Imparidades de ativos
 - Investimentos em associadas
 - Investimentos em subsidiárias
 - Concentrações de atividades empresariais
 - Inventários
 - Contratos de construção
 - Rédito
 - Provisões
 - Subsídios do Governo
 - Impostos sobre o rendimento
 - Instrumentos financeiros
 - Benefícios aos empregados
- Transição entre normativos contabilísticos

Autor: Domingos Cravo

Formação à Distância

Calendário 2012

Formação à Distância

CÓD.	FORMAÇÃO À DISTÂNCIA	DATA	HORAS	CRÉD.	VALOR
Dis0112	SNC - Ativos não correntes	25/01 a 27/02	16	24	64€
Dis0212	SNC - Ativos correntes	25/01 a 27/02	16	24	64€
Dis0312	Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL e fiscalidade)	16/02 a 21/03	16	24	64€
Dis0412	NCRF 21 - Provisões, ativos e passivos contingentes	16/02 a 21/03	16	24	64€
Dis0512	SNC - Microentidades	16/02 a 21/03	16	24	64€
Dis0612	SNC - Passivos correntes e não correntes	21/03 a 24/04	16	24	64€
Dis0712	Impostos diferidos	21/03 a 5/04	8	12	32€
Dis0812	Norma contabilística pequenas entidades	21/03 a 24/04	16	24	64€
Dis0912	IRS e benefícios fiscais (revisão ao código)	21/03 a 24/04	16	24	64€
Dis1012	Regime contabilístico e fiscal das depreciações e amortizações	26/04 a 11/05	8	12	32€
Dis1112	Apuramento do lucro tributável (Preenchimento da declaração modelo 22- quadro 07)	26/04 a 30/05	16	24	64€
Dis1212	IRC (revisão ao Código)	26/04 a 30/05	16	24	64€
Dis1312	Preenchimento do mapa de fluxos de caixa	26/04 a 11/05	8	12	32€
Dis1412	Mais e menos-valias em IRC e IRS	15/05 a 30/05	8	12	32€
Dis1512	NCRF 12 - Imparidades de ativos	15/05 a 30/05	8	12	32€
Dis1612	Dossiê Fiscal - Organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	15/05 a 15/06	16	24	64€
Dis1712	O TOC - Procedimento tributário gracioso	12/06 a 16/07	16	24	64€
Dis1812	POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais	12/06 a 16/07	24	36	96€
Dis1912	NCRF 17 - Ativos biológicos - Aspectos contabilísticos e fiscais	12/06 a 16/07	16	24	64€
Dis2012	Código contributivo	12/06 a 16/07	16	24	64€
Dis2112	Ética e deontologia	12/06 a 27/06	8	12	32€
Dis2212	Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão (<i>balanced scorecard</i>)	03/07 a 26/07	12	18	48€
Dis2312	Código dos contratos públicos	03/07 a 26/07	12	18	48€
Dis2412	Infrações fiscais	19/09 a 04/10	8	12	32€
Dis2512	Análise de balanços e estudo de indicadores económico e financeiros	19/09 a 23/10	16	24	64€
Dis2612	Código fiscal de investimento	19/09 a 23/10	16	24	64€
Dis2712	IVA (revisão ao Código)	19/09 a 23/10	16	24	64€
Dis2812	Revisão das normas contabilísticas	25/10 a 13/12	32	48	128€
Dis2912	Contabilidade orçamental na administração pública	25/10 a 26/11	16	24	64€
Dis3012	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	25/10 a 26/11	16	24	64€
Dis3112	Contencioso tributário	25/10 a 4/12	24	36	96€
Dis3212	Avaliação de empresas	06/11 a 10/12	16	24	64€
Dis3312	NCRF 27 - Instrumentos financeiros	06/11 a 21/12	8	12	32€

Notas

1. As inscrições são feitas exclusivamente pelo sítio até 15 dias antes de cada formação.
2. Nas 48 horas seguintes ao pagamento, consulte o estado da inscrição e acessos à plataforma na «Pasta TOC» > Dados pessoais > Formação.
3. Só são admitidas inscrições de técnicos oficiais de contas.
4. As inscrições estão limitadas à capacidade das salas.
5. Não se aceitam pedidos de devolução do pagamento após início da formação.



Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

SNC – Ativos não correntes

1. Enquadramento dos ativos não correntes no SNC
 - 1.1. Introdução
 - 1.2. Reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis
 - 1.3. Operações relacionadas com ativos fixos tangíveis
 - 1.4. Divulgações
2. Enquadramento dos ativos intangíveis
 - 2.1. Definição
 - 2.2. Reconhecimento
 - 2.3. Mensuração inicial
 - 2.4. Reconhecimento como gasto
 - 2.5. Mensuração após reconhecimento
 - 2.6. Amortização
 - 2.7. Imparidade
 - 2.8. Revalorização de ativos intangíveis
 - 2.9. Retiradas e alienações
 - 2.10. Ativos intangíveis classificados como detidos para venda
 - 2.11. Divulgação
3. Os investimentos financeiros no SNC
 - 3.1. Introdução
 - 3.2. Reconhecimento e mensuração
 - 3.3. Divulgações
4. As propriedades de investimento no SNC
 - 4.1. Introdução
 - 4.2. Reconhecimento e mensuração
 - 4.3. Divulgações

Autores: Sónia Monteiro e Jorge Mota

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

SNC – Ativos correntes

1. Os ativos correntes no SNC
 - 1.1. Ativos correntes *versus* activos não correntes
 - 1.2. Os ativos correntes e a estrutura conceptual
 - 1.3. Os ativos correntes e as bases de apresentação das demonstrações financeiras
 - 1.4. Os ativos correntes e os modelos de demonstrações financeiras
 - 1.5. Os ativos correntes e o código das contas
 - 1.6. Os ativos correntes e as NCRF
2. Reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos ativos correntes
 - 2.1. Inventários
 - 2.2. Ativos biológicos
 - 2.3. Clientes
 - 2.4. Adiantamentos a fornecedores
 - 2.5. Estado e outros entes públicos
 - 2.6. Acionistas/sócios
 - 2.7. Outras contas a receber
 - 2.8. Diferimentos
 - 2.9. Ativos financeiros detidos para negociação
 - 2.10. Outros Ativos financeiros
 - 2.11. Ativos não correntes detidos para venda
 - 2.12. Caixa e depósitos bancários

Autor: João Cipriano

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL e fiscalidade)

1. O Setor não lucrativo – enquadramento
2. Normativo contabilístico do setor não lucrativo
3. Normas contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL – alguns aspetos específicos
4. A tributação das ESNL: enquadramento em IVA e em IRC

Autores: Neves Raimundo, Gomes dos Santos e Rui Lima

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

NCRF 21 – Provisões, ativos e passivos contingentes

1. A NCRF21 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 - 1.1. Introdução
 - 1.2. Definições utilizadas
 - 1.3. Provisões vs. outros passivos
 - 1.4. Provisões e passivos contingentes
 - 1.5. Condições de reconhecimento e mensuração
 - 1.6. Aplicação das regras de reconhecimento e de mensuração
 - 1.7. Divulgações
 - 1.8. NCRF21 vs. POC e legislação complementar
 - 1.9. As provisões aquando da adoção pela primeira vez das NCRF
2. Aspetos contabilísticos das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes: do POC ao SNC
 - 2.1. Introdução
 - 2.2. O normativo comunitário
 - 2.3. O normativo português: do POC ao SNC
 - 2.3.1. Os princípios contabilísticos geralmente aceites do POC e os pressupostos subjacentes ao SNC
 - 2.3.2. A valorimetria dos ativos e passivos do POC ao SNC: o caso das provisões
 - 2.3.3. Assentos contabilísticos
 - 2.3.4. Impacto ao nível das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) – no POC e no SNC

Autor: Mário Guimarães

Jan **Fev** Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

SNC – Microentidades

1. Contexto e enquadramento legal
2. Instrumentos da normalização contabilística para microentidades
3. Demonstrações financeiras para microentidades
4. Norma contabilística e de relato financeiro para microentidades – alguns aspectos específicos
 - 4.1. Introdução
 - 4.2. Adoção pela primeira vez da NCRF-ME
 - 4.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 - 4.4. Ativos fixos tangíveis
 - 4.5. Ativos intangíveis
 - 4.6. Locações
 - 4.7. Empréstimos obtidos
 - 4.8. Inventários
 - 4.9. Rédito
 - 4.10. Provisões
 - 4.11. Subsídios do Governo
 - 4.12. Alterações em taxas de câmbio
 - 4.13. Impostos sobre o rendimento
 - 4.14. Ativos e passivos financeiros
 - 4.15. Benefícios dos empregados

Autor: Avelino Antão

Jan Fev **Mar** Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

SNC – Passivos correntes e não correntes

1. Enquadramento
2. Provisões
3. Acontecimentos após a data do balanço
4. Financiamentos obtidos
5. Responsabilidade por benefícios pós-emprego
6. Passivos por impostos diferidos

Autor: Sérgio Pontes

Jan Fev **Mar** Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Impostos diferidos

1. Relações entre contabilidade e fiscalidade
 - 1.1. Normas contabilísticas e normas fiscais
 - 1.2. Diferenças entre o lucro tributável e o lucro contabilístico
 - 1.3. Diferenças permanentes
 - 1.4. Diferenças temporárias
 - 1.4.1. Diferenças temporárias tributáveis
 - 1.4.2. Diferenças temporárias dedutíveis
2. Natureza do imposto sobre lucros. Os métodos de contabilização
3. Reconhecimento e mensuração de ativos e passivos por impostos diferidos
4. Tratamento contabilístico dos impostos diferidos – exemplos práticos
5. Divulgações

Autora: Cristina Gonçalves

Jan Fev **Mar** Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Norma contabilística para pequenas entidades

1. Enquadramento legal e demonstrações financeiras
 - 1.1. Enquadramento legal do sistema de normalização contabilística
 - 1.2. Noção de pequena entidade
 - 1.3. Regime das pequenas entidades
 - 1.4. A aplicação do regime de pequenas entidades
 - 1.5. Inventário permanente e pequenas entidades
 - 1.6. Disposições supletivas gerais
 - 1.7. Demonstrações financeiras – modelos reduzidos
2. Estrutura conceptual
 - 2.1. Algumas notas acerca da noção de estrutura conceptual
 - 2.2. O POC e a estrutura conceptual
 - 2.3. Utilidade da estrutura conceptual
 - 2.4. A estrutura conceptual para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras do SNC
3. A importância acrescida da EC no contexto do SNC
4. Alguns aspetos específicos
 - 4.1. Introdução
 - 4.2. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 - 4.3. Ativos fixos tangíveis
 - 4.4. Ativos intangíveis
 - 4.5. Locações
 - 4.6. Empréstimos obtidos
 - 4.7. Inventários
 - 4.8. Rédito
 - 4.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 - 4.10. Subsídios do Governo
 - 4.11. Alterações em taxas de câmbio
 - 4.12. Impostos sobre o rendimento
 - 4.13. Instrumentos financeiros
 - 4.14. Benefícios dos empregados

Autor: Avelino Antão

Jan Fev **Mar** Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

IRS e benefícios fiscais (revisão ao Código)

1. Os sujeitos passivos de IRS
- 1.1. Caracterização do imposto
- 1.2. Estrutura do imposto
- 1.3. Os sujeitos passivos de IRS
- 1.4. As pessoas coletivas e o IRS
2. Rendimentos tributáveis em IRS
- 2.1. Aspetos comuns
- 2.2. Rendimentos do trabalho dependente - categoria A
- 2.3. Rendimentos empresariais e profissionais - categoria B
- 2.4. Rendimentos de capitais - categoria E
- 2.5. Rendimentos prediais - categoria F
- 2.6. Incrementos patrimoniais - categoria G
- 2.7. Pensões - categoria H
3. Rendimento coletável
- 3.1. Aspetos comuns
- 3.2. Aspetos específicos
- 3.2.1. Categoria B
- 3.2.2. Categoria F
- 3.2.3. Categoria G
4. Modelos declarativos
5. A liquidação e o pagamento
6. Retenções na fonte
7. Benefícios fiscais em IRS
8. Obrigações acessórias
9. Garantias dos contribuintes em sede de IRS

Autor: Domingos Fernandes

Jan Fev Mar **Abr** Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Regime contabilístico e fiscal das depreciações e amortizações

1. Enquadramento da matéria no normativo contabilístico e fiscal
2. Ativos sujeitos a depreciação
3. Valorimetria dos ativos depreciáveis ou amortizáveis
4. Início da depreciação ou amortização
5. Período de depreciação ou amortização
6. Métodos de depreciação ou amortização
7. Especificidades do regime fiscal:
 - 7.1. Depreciações de viaturas ligeiras, barcos de recreio e aviões de turismo
 - 7.2. Regime intensivo de utilização
 - 7.3. Quotas mínimas e máximas aceites
 - 7.4. Elementos de reduzido valor
 - 7.5. Ativos revertíveis
 - 7.6. Operações de neutralidade
 - 7.7. Cálculo de mais-valias fiscais
8. Análise comparativa do Decreto Regulamentar n.º 25/2009 e Decreto Regulamentar n.º 2/90
9. Diferenças entre o regime contabilístico e fiscal
10. Impostos diferidos
11. Casos práticos

Autores: André Vasconcelos e Cristina Pinto

Jan Fev Mar **Abr** Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Apuramento do lucro tributável (preenchimento da declaração modelo 22 - quadro 07)

1. Obrigações declarativas em IRC - a modelo 22
2. Determinação da matéria coletável - As diferenças entre os vários sujeitos passivos de IRC
3. As sociedades e os estabelecimentos estáveis - relação contabilidade/fiscalidade
4. Apuramento do lucro tributável - o quadro 07 da modelo 22
- 4.1. Periodização do lucro tributável
- 4.2. Contratos de construção
- 4.3. Variações patrimoniais positivas e negativas
- 4.4. Subsídios
- 4.5. Regra geral de aceitação de gastos e encargos não dedutíveis
- 4.6. Inventários e ajustamentos em inventários
- 4.7. Depreciações e amortizações - o Dec.-Reg n.º 25/2009
- 4.8. Imparidades
- 4.9. Provisões
- 4.10. Créditos incobráveis
- 4.11. Realizações de utilidade social
- 4.12. Mais-valias, menos-valias e reinvestimento
5. A importância do anexo e dossiê fiscal
6. Ligação com a IES

Autores: André Vasconcelos e Cristina Pinto

Jan Fev Mar **Abr** Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

IRC (revisão ao Código)

1. Incidência
2. Extensão da obrigação do imposto
3. Transparência fiscal
4. Período de tributação
5. Isenções
6. Determinação da matéria coletável
- 6.1. Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam a título principal atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola
- 6.2. Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam a título principal atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola
- 6.3. Entidades não residentes
- 6.4. Determinação do lucro tributável por métodos indiretos
- 6.5. Correções para efeitos de determinação da matéria coletável
- 6.6. Regime especial de tributação dos grupos de sociedades
7. Taxas
8. Liquidação
9. Pagamento
10. Obrigações acessórias dos sujeitos passivos
11. Fiscalização e garantias dos contribuintes

Autor: Abílio Sousa

Jan Fev Mar **Abr** Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Preenchimento do mapa de fluxos de caixa

1. Breve enquadramento da demonstração dos fluxos de caixa no normativo contabilístico
2. Necessidade e importância da demonstração de fluxos de caixa
3. A NCRF 2 – Demonstração de fluxos de caixa
4. Metodologia para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa
5. Outras divulgações
6. Os fluxos de caixa como modelo de avaliação do desempenho – casos práticos

Autores: Eduardo Sá e Silva e Carlos Martins

Jan Fev Mar Abr **Mai** Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Mais e menos-valias em IRC e IRS

1. Conceito de mais e menos-valias
2. Cálculo das mais e menos-valias
3. Coeficientes de desvalorização monetária
4. Reinvestimento
5. Tributação
- 5.1. Em sede de IRC
- 5.2. Em sede de IRS
- 5.2.1. Regime simplificado
- 5.2.2. Contabilidade organizada
6. Obrigações declarativas
- 6.1. Em sede de IRC
- 6.2. Em sede de IRS
- 6.2.1. Regime simplificado
- 6.2.2. Contabilidade organizada

Autor: José Azevedo Rodrigues

Jan Fev Mar Abr **Mai** Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

NCRF 12 – Imparidades de ativos

1. A imparidade: conceito de base e seu suporte conceptual e normativo
2. A imparidade no SNC e procedimentos associados
- 2.1. A imparidade no SNC
- 2.2. Procedimentos associados à imparidade
3. Imparidade de ativos
- 3.1. Reconhecimento da imparidade em ativos não financeiros
- 3.2. Reconhecimento da imparidade em ativos financeiros
- 3.3. A imparidade no relato financeiro anual

Autor: João Cipriano

Jan Fev Mar Abr **Mai** Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

Dossiê fiscal – Organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras

1. Normativos contabilísticos e necessidades de divulgação
2. O Anexo
- 2.1. SNC – modelo geral
- 2.2. NCRF-PE
- 2.3. NC-ME
- 2.4. NCRF-ESNL
3. Processo de documentação fiscal em IRS e IRC – dossiê fiscal
- 3.1. Normativo aplicável
- 3.2. Conservação e acesso por parte da administração fiscal
- 3.3. Documentos que integram o dossiê fiscal
- 3.4. A importância do dossiê fiscal – análise de alguns casos
- 3.5. Processo de documentação fiscal – preços de transferência

Autor: Rui de Sousa

Jan Fev Mar Abr Mai **Jun** Jul Ago Set Out Nov Dez

O TOC – Procedimento tributário gracioso

1. Funções do TOC e âmbito de intervenção no procedimento tributário
2. Fontes de Direito Processual Tributário
3. O procedimento de reclamação graciosa
 - 3.1. Prazos, regime e efeitos
 - 3.2. Casos especiais: autoliquidações, retenções na fonte, pagamentos por conta
4. A avaliação indireta e o pedido de revisão da matéria coletável
 - 4.1. O procedimento de avaliação indirecta
 - 4.2. Prazos, regime e efeitos do pedido de revisão da matéria coletável
 - 4.2.1. Limites do acordo a alcançar na reunião de peritos
 - 4.2.2. A intervenção do perito independente
5. A revisão dos atos tributários
 - 5.1. Prazos, regime e efeitos do pedido de revisão
6. O recurso hierárquico
 - 6.1. Prazos, regime e efeitos
 - 6.2. Relação com a reclamação graciosa e a impugnação

Autores: Amândio Silva e Manuel Vieira

Jan Fev Mar Abr Mai **Jun** Jul Ago Set Out Nov Dez

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

1. Administração central e local
2. A contabilidade pública e os outros normativos contabilísticos
3. A reforma da contabilidade pública
4. Conceitos fundamentais
5. Contabilidade orçamental nas autarquias locais
6. Documentos contabilísticos e prestação de contas
7. Contabilidade orçamental, patrimonial e de custos
8. Princípios contabilísticos
9. Critérios de valorimetria
10. O plano de contas da autarquias
11. Estudo das contas

Autor: João Carvalho

Jan Fev Mar Abr Mai **Jun** Jul Ago Set Out Nov Dez

NCRF 17 – Ativos biológicos – Aspectos contabilísticos e fiscais

1. Introdução
2. Enquadramento contabilístico
 - 2.1. Normativo POC – Agricultura
 - 2.2. Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 17
 - 2.2.1. Âmbito
 - 2.2.2. Reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas
 - 2.2.3. Subsídios governamentais no âmbito da NCRF 17
 - 2.2.4. Divulgações
3. Enquadramento fiscal
 - 3.1. Activos biológicos de produção
 - 3.2. Activos biológicos consumíveis
 - 3.3. Explorações silvícolas

Autoras: Cristina Lopes e Paula Franco

Jan Fev Mar Abr Mai **Jun** Jul Ago Set Out Nov Dez

Código contributivo

1. Disposições gerais e comuns
2. Regimes contributivos do sistema previdencial
3. Incumprimento da obrigação contributiva
4. Regime contra-ordenacional
5. Disposições complementares, transitórias e finais

Autor: Albano Santos

Jan Fev Mar Abr Mai **Jun** Jul Ago Set Out Nov Dez

Ética e deontologia

1. Conceitos básicos: ética e deontologia profissional
2. As funções do TOC e a prática de atos por estes profissionais que, nos termos da lei, não sejam da sua competência profissional
3. Os direitos do TOC perante a OTOC e outras entidades públicas
4. Os direitos do TOC perante o cliente
5. Os deveres do TOC perante a OTOC
6. Os deveres do TOC perante o cliente
7. Os deveres do TOC perante a administração fiscal – as relações com entidades públicas e privadas
8. Deveres recíprocos do TOC
9. A infração e as penas disciplinares

Autor: Marco Nunes

Jan Fev Mar Abr Mai Jun **Jul** Ago Set Out Nov Dez

Construção de um quadro de bordo de apoio à gestão (*balanced scorecard*)

1. Gestão estratégica
2. Principais sistemas de gestão e de monitorização de desempenho empresarial
3. O *balanced scorecard*
- 3.1 Principais conceitos do *balanced scorecard*
- 3.2 Integração do *balanced scorecard* com outros instrumentos de gestão
- 3.3 Perspetivas de valor
- 3.4 Construção e implementação
- 3.5 Benefícios e dificuldades

Autora: Ana Isabel Martins

Jan Fev Mar Abr Mai Jun **Jul** Ago Set Out Nov Dez

Códigos dos contratos públicos

1. Âmbito de aplicação
2. Conceitos e tipos de entidades adjudicantes
3. A extensão do conceito de entidades adjudicantes e o novo âmbito da contratação pública
4. Tipos de procedimentos
- 4.1. Novos procedimentos
- 4.2. Critérios de escolha do procedimento
- 4.3. Ajuste direto
- 4.4. Concurso público
- 4.5. Concurso limitado por prévia qualificação
- 4.6. Procedimento de negociação
- 4.7. Diálogo concorrencial
5. Novos institutos
- 5.1. Leilão eletrónico
- 5.2. Qualificação
- 5.3. Contratos-quadro
6. Conceito e prática de documentos e assinaturas eletrónicas

Autora: Maria Rosário Fernandes

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago **Set** Out Nov Dez

Infrações fiscais

1. Normativo aplicável
2. Conceito e espécies de infrações fiscais
3. Responsabilidade
4. Crimes e contraordenações: distinção e moldura sancionatória aplicável
5. Processo penal tributário
6. Processo de contraordenação tributária
7. Tipos de crime fiscal
8. Tipos de contraordenação fiscal

Autor: Jesuíno Martins

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago **Set** Out Nov Dez**Análise de balanços e estudo de indicadores económico e financeiros**

1. Recolha de informação e trabalhos preparatórios
 - 1.1. Objecto e método da análise económico-financeira
 - 1.2. Informação extra-contabilística
 - 1.3. Das peças contabilísticas para as Peças Financeiras
 - 1.4. Principais mapas de análise
 - 1.5. Alterações decorrentes do SNC
2. Equilíbrio estrutural (médio e longo prazo)
 - 2.1. Aplicações e origens de fundos
- 2.2. Fundo de maneo
- 2.3. Políticas de investimento e financiamento
3. Gestão dos capitais circulantes (curto prazo)
 - 3.1. Liquidez
 - 3.2. Tesouraria
 - 3.3. Indicadores de actividade e de gestão
4. Rendibilidade e risco dos capitais investidos
 - 4.1. Estrutura de custos
 - 4.2. Rendibilidade económica
 - 4.3. Rendibilidade financeira
 - 4.4. Risco global

Autor: Fernando AlmeidaJan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago **Set** Out Nov Dez**Código fiscal de investimento**

1. Objectivo e âmbito
2. Condições gerais de elegibilidade
3. O papel do conselho internacional de coordenação dos incentivos fiscais ao investimento
4. Candidaturas e tramitação do processo
5. Tipos de benefícios
 - 5.1. Benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo
 - 5.1.1. Condições de acesso dos projectos de investimento produtivo
 - 5.1.2. Benefícios fiscais e critérios de determinação desses benefícios
 - 5.1.3. Aplicações relevantes e despesas elegíveis
 - 5.2. Benefícios fiscais com vista à internacionalização
 - 5.2.1. Condições de acesso dos projetos com vista à internacionalização
6. Regime fiscal do investidor residente não habitual

Autor: Jesuíno MartinsJan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago **Set** Out Nov Dez**IVA (revisão ao Código)**

1. Incidência
 - 1.1. Incidência objetiva
 - 1.2. Incidência subjetiva
 - 1.3. Localização das operações
 - 1.4. Facto gerador e exigibilidade do imposto
2. Isenções
 - 2.1. Isenções simples ou incompletas
 - 2.2. Isenções completas
 - 2.1. Isenções nas importações
 - 2.2. Outras isenções
 - 2.3. Isenções em legislação avulsa
3. Valor tributável
 - 3.1. Nas operações internas
 - 3.2. Nas importações
4. Taxas
5. Liquidação e dedução
 - 5.1. Condições do direito à dedução
 - 5.2. Exclusões do direito à dedução
 - 5.3. Modalidades do direito à dedução (reembolsos)
6. Deduções parciais e regularizações
 - 6.1. Princípios gerais do direito à dedução
 - 6.2. Conceitos
 - 6.3. Âmbito de aplicação do art. 23.º do CIVA
 - 6.4. Regularizações anuais
 - 6.5. Outras regularizações
 - 6.6. Regularizações no caso de mudança de regime (art. 25.º do CIVA)
7. Obrigações dos sujeitos passivos
 - 7.1. Obrigações de pagamento
 - 7.2. Obrigações declarativas
 - 7.3. Obrigações de faturação
- 7.4. Obrigações contabilísticas
8. Regularizações do imposto
9. Regimes especiais
 - 9.1. Regime especial de isenção
 - 9.2. Regime especial dos pequenos retalhistas
10. Regimes particulares
 - 10.1. Agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos
 - 10.2. Bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades
 - 10.3. Tabacos manufacturados
 - 10.4. Combustíveis
 - 10.5. Ouro para investimento
 - 10.6. Venda de pescado em lota
 - 10.7. Substituição do devedor do imposto

Autor: José Roriz

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set **Out** Nov Dez**Revisão das normas contabilísticas**

1. Normalização contabilística – enquadramento
2. SNC – modelo geral, NCRF-PE, norma contabilística para microentidades – semelhanças e diferenças. Contingências fiscais
 - 2.1. Demonstrações financeiras
 - 2.2. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros
 - 2.3. Ativos intangíveis
 - 2.4. Ativos fixos tangíveis
 - 2.5. Ativos não correntes detidos para venda
 - 2.6. Locações
 - 2.7. Custo de empréstimos obtidos
 - 2.8. Propriedades de investimento
 - 2.9. Imparidades de ativos
 - 2.10. Investimentos em associadas
 - 2.11. Investimentos em subsidiárias
 - 2.12. Concentrações de atividades empresariais
 - 2.13. Inventários
 - 2.14. Contratos de construção
 - 2.15. Rédito
 - 2.16. Provisões
 - 2.17. Subsídios do Governo
 - 2.18. Impostos sobre o rendimento
 - 2.19. Instrumentos financeiros
 - 2.20. Benefícios aos empregados
3. Transição entre normativos contabilísticos

Autor: Domingos CravoJan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set **Out** Nov Dez**Contabilidade orçamental na administração pública**

1. O Orçamento
 - 1.1. Conceito de receita e despesa pública
 - 1.2. Orçamento do Estado
 - 1.3. Preparação dos orçamentos
 - 1.4. Aprovação dos orçamentos
 - 1.5. Documentos previsionais
 - 1.6. Modificações ao orçamento
 - 1.7. Execução do orçamento
2. A contabilidade orçamental
 - 2.1. O POCP e os planos setoriais
 - 2.2. O registo contabilístico das operações orçamentais
 - 2.3. Lançamentos contabilísticos da aprovação do orçamento
 - 2.4. Lançamentos contabilísticos da modificação ao orçamento
 - 2.5. Lançamentos contabilísticos da execução da receita
 - 2.6. Lançamentos contabilísticos da execução da despesa
 - 2.7. Compromissos para exercícios futuros
 - 2.8. Regime duodecimal
3. A prestação de contas
 - 3.1. Finalidade e destinatários
 - 3.2. Documentos de prestação de contas

Autor: João CarvalhoJan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set **Out** Nov Dez**Dissolução, liquidação, fusão e cisão de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)**

1. Dissolução de sociedades comerciais
 - 1.1. Definição
 - 1.2. Causas de dissolução imediata
 - 1.3. Causas de dissolução administrativa
 - 1.4. Causas de dissolução oficiosa
2. Liquidação de sociedades comerciais
 - 2.1. Conceito
 - 2.2. O processo de liquidação
 - 2.3. Procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais
4. Procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais (cessação na hora)
 - 4.1. Extinção de dívidas da sociedade
5. Tratamento contabilístico e fiscal
 - 5.1. As Operações de liquidação
 - 5.2. Os movimentos contabilísticos
 - 5.3. O caso particular dos suprimentos
 - 5.4. Partilha: valor a considerar e tributação
 - 5.4.1. Tratamento fiscal em sede de IRC
 - 5.4.2. Tratamento fiscal em sede de IRS
 - 5.4.3. Tratamento fiscal em sede de IVA
 - 5.5. Obrigações declarativas
 - 5.6. Pagamento especial por conta
 - 5.7. O caso particular da redução do capital social
 - 5.8. O Decreto-Lei n.º 64/2009 de 20 de março
6. Fusão e cisão
 - 6.1. Fusões
 - 6.1.1. Conceitos
 - 6.1.2. O processo de fusão

- 6.1.3. Tratamento fiscal em sede de IRC
- 6.1.4. Tratamento fiscal em sede de IVA
- 6.1.5. Tratamento fiscal em sede de IMT
- 6.1.6. Tratamento fiscal em sede de imposto de selo
- 6.1.7. Contabilização
- 6.2. Cisão
 - 6.2.1. Conceito e modalidades
 - 6.2.2. Processo de cisão
 - 6.2.3. Enquadramento fiscal em IRC
 - 6.2.4. Tratamento fiscal em sede de IVA

Autores: Amândio Silva, João Antunes e Paula Franco

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set **Out** Nov Dez

Contencioso Tributário

1. Enquadramento prévio
2. Os princípios do procedimento tributário
3. Os procedimentos impugnatórios
4. Os princípios do processo tributário
5. O reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos em matéria tributária e a determinação da prática de atos devidos
6. Os meios impugnatórios de atos lesivos
7. Os meios cautelares

Autor: Jesuíno Martins

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out **Nov** Dez

Avaliação de empresas

1. Conceitos introdutórios fundamentais
 - 1.1. O contexto da avaliação
 - 1.2. A relação valor/cotação/grau de eficiência do mercado
2. Recolha da informação e trabalho preparatórios
 - 2.1. O diagnóstico
 - 2.2. Estudo previsional e o crescimento
 - 2.3. Remuneração do capital investido
 - 2.4. O custo de oportunidade do capital
 - 2.5. Estrutura ótima de financiamento
3. Avaliação com base no mercado
 - 3.1. O modelo de base: o modelo de Gordon
 - 3.2. *Price earning ratio* (PER)
 - 3.3. *Price book value* (PBV) ou preço/valor contabilístico (PVC)
 - 3.4. *Price sales ratio* (PSR) ou preço/vendas (PV)
4. Avaliação com base no rendimento
 - 4.1. Método dos dividendos atualizados
 - 4.2. Métodos dos fluxos de caixa atualizados
5. Outras abordagens de avaliação
 - 5.1. Avaliação com base no património
 - 5.2. Avaliação dos lucros supranormais atualizados
 - 5.3. Avaliação das opções reais
 - 5.4. Avaliação regulamentar
6. Criação de valor para o acionista
 - 6.1. A gestão orientada para a criação de valor
 - 6.2. Fatores determinantes do valor

Autora: Ana Isabel Martins

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out **Nov** Dez

NCRF 27 – Instrumentos financeiros

1. Introdução
2. Objetivo da norma
3. Âmbito
4. Definições
5. Reconhecimento
6. Mensuração
7. Imparidade
8. Desreconhecimento
9. Contabilização da cobertura
10. Divulgações

Autor: Pedro Roque

Reuniões Livres

ANGRA DO HEROÍSMO

Sala Gaspar Côrte-Real – Terceira Mar Hotel
Portões de São Pedro, 1
26 jan; 23 fev; 29 mar; 19 abr; 24 mai; 28 jun; 26 jul; 27 set;
25 out; 22 nov e 13 dez.

AVEIRO

ISCAA – Auditório Joaquim José da Cunha
R. Assoc. Humanitária dos Bombeiros de Aveiro
11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr;
9 e 23 mai; 6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set; 10 e 24 out;
14 e 28 nov; 12 dez.

BEJA

NERBE – Núcleo Empresarial da Região de Beja
R. Cidade de S. Paulo
11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr; 9 e 23 mai;
6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set; 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

BRAGA

Associação Industrial do Minho
Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, 45
11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr; 9 e 23 mai;
6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set; 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

BRAGANÇA

NERBA – Núcleo Empresarial Região Bragança
Alto das Cantarias, Saída Sul
11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr; 9 e 23 mai;
6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set; 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

CASTELO BRANCO

Representação da OTOC
Urb. Quinta Pires Marques – Av. Espanha,
27 R/C Esq.
11 jan; 8 fev; 14 mar; 11 abr; 9 mai; 6 jun; 11 jul; 12 set; 10 out;
14 nov e 12 dez.

COIMBRA

Representação da OTOC
Urb. Panorama, Lt. 3 – Lj. 1, Monte Formoso
11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr; 9 e 23 mai;
6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set; 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

COVILHÃ

Pav. Exposições da Anil, Sala do Conselho Geral
Av. da Anil
25 jan; 22 fev; 28 mar; 26 abr; 23 mai; 27 jun;
25 jul; 26 set; 24 out e 28 nov.

ÉVORA

CCRA – Com. de Coordenação Região Alentejo
Estrada das Piscinas, 193
11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr; 9 e 23 mai;
6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set; 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

FARO

Representação da OTOC
Urb. Horta das Figuras, Lt.31, Bl. F,
Lj. W, R/C Poente
11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr; 9 e 23 mai; 6 e 27
jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set; 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.



FUNCHAL

Representação da OTOC
 Av. da Madalena, 99 Edif. Pç. das Madalenas I,
 R/C D - Santo António
 11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr; 9 e 23 mai;
 6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set; 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

GUARDA

Escola Sup. de Tecnologia e Gestão - Auditório
 Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 50
 11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr; 9 e 23 mai; 6 e 27
 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set;
 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

HORTA

Hotel do Canal
 Lg. Dr. Manuel Arriaga
 28 jan; 25 fev; 31 mar; 21 abr; 26 mai; 30 jun;
 28 jul; 29 set; 27 out; 24 nov e 15 dez.

LEIRIA

NERLEI - Núcleo Emp. da Região de Leiria
 Av. Bernardo Pimenta, Ed. NERLEI
 11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 24 abr; 9 e 23 mai;
 6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set; 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

LISBOA

Faculdade de Medicina
 Dentária - Auditório
 Cidade Universitária
 11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 21 mar; 11 e 18 abr;
 8 e 23 mai; 6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set;
 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

PONTA DELGADA

Hotel Marina Atlântico
 Av. Infante D. Henrique
 25 jan; 22 fev; 28 mar; 18 abr; 23 mai; 27 jun;
 25 jul; 26 set; 24 out; 21 nov e 12 dez.

PORTALEGRE

Escola Sup. de Tecnologia
 e Gestão - Anf. de Ensino
 Lugar da Abadessa
 11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr;
 9 e 24 mai; 6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set;
 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

PORTO

Seminário de Vilar
 R. Arcediago van Zeller, 50
 11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr;
 9 e 23 mai; 6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set;
 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

SANTARÉM

Representação da OTOC
 Av. Madre Andaluz, 12 B
 11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr;
 9 e 23 mai; 6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set;
 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

SETÚBAL

Escola Superior de Ciências
 Empresariais - Auditório
 Campus do IPS - Estefaniilha
 11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr;
 9 e 23 mai; 6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set;
 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

VIANA DO CASTELO

Escola Sup. de Tecnologia e Gestão - Auditório
 Avenida do Atlântico
 11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr; 9 e 23 mai;
 6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set; 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

VILA REAL

Representação da OTOC
 Avenida 1.ª de Maio, n.º 23
 11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr; 9 e 23 mai; 6 e 27
 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set; 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

VISEU

Representação da OTOC
 Quinta do Melo - Rua Dr. António Costa,
 Lt. 20, n.º 12 - Jogueiros
 11 e 25 jan; 8 e 22 fev; 14 e 28 mar; 11 e 26 abr; 9 e 23 mai;
 6 e 27 jun; 11 e 25 jul; 12 e 26 set; 10 e 24 out; 14 e 28 nov; 12 dez.

Notas

Horário: 18h30 às 20h30
 Exceções: A. Heroísmo 18h30 às 22h30, Horta
 09h00 às 13h00 e Ponta Delgada 19h00 às 23h00
 Controlo de Qualidade: 3 créditos
 A. Heroísmo, Horta e Ponta Delgada: 6 créditos



Calendário 2012

Janeiro 2012

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
					F	
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Fevereiro 2012

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	E	22	23	24	25
26	27	28	29			

Março 2012

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Abril 2012

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
						1
2	3	4	5	F	7	P
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	F	26	27	28	29
30						

Maio 2012

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
	F	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Junho 2012

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
			1	2	3	
4	5	6	7	8	9	F
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Julho 2012

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Agosto 2012

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Setembro 2012

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Outubro 2012

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Novembro 2012

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
				F	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

Dezembro 2012

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
						1
2	3	4	5	6	7	F
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	N	26	27	28	29
30	31					



OTOC
 ORDEM DOS TÉCNICOS
 OFICIAIS DE CONTAS

Avenida Barbosa du Bocage, 45 1049-013 Lisboa
 Telefone Geral **217 999 700** | Fax **217 957 332 / 217 959 080 / 217 959 208**
 E-mail geral@otoc.pt | www.otoc.pt